

Economia - Brasil

23 JUN 2001

GAZETA MERCANTIL

O País arma-se contra a especulação

É lamentável que a especulação com o câmbio tenha chegado a um ponto em que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) se viu compelido a aumentar a taxa básica de juros em 1,5 ponto percentual, trazendo-a para 18,25%. Foi a mais longa reunião do Copom na gestão de Armínio Fraga à frente do BC e, aparentemente, ali foi decidido que o governo não poderia limitar-se apenas a elevar os juros, uma medida cujos efeitos contencionistas são ainda mais sensíveis em um período em que o Brasil enfrenta uma crise no fornecimento de energia. Na entrevista coletiva que ontem concedeu, Fraga revelou resoluções que reforçam em muito a decisão de não deixar que o regime de flexibilização cambial seja comprometido pela especulação.

A decisão do BC teve impacto no mercado. O dólar cedeu e ontem era cotado a R\$ 2,373 (venda), uma queda de 4,11% diante da taxa média (Ptax) de quarta-feira. Para isso, mais que a elevação dos juros, concorrerão outras resoluções oportunamente tomadas pelo governo e ontem anunciadas pelo presidente do BC. A primeira delas é de que o Brasil não vai liquidar, como anteriormente previsto, um empréstimo "stand-by" no Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, o País vai sacar outros US\$ 2 bilhões no Fundo, presumivelmente utilizando a linha de crédito ampliada, para fortalecer a posição das reservas cambiais. Isso não interferirá com a intenção do governo brasileiro de não renovar o acordo com o FMI, como já havia

afirmado o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Outros recursos deverão vir de instituições internacionais, como o Banco Mundial, em um total estimado em US\$ 1,8 bilhão. Além disso, o governo vai vender no exterior ações de empresas como **Embraer**, **Petrobras** e **Cia. Vale do Rio Doce**.

Paralelamente, o Tesouro Nacional ampliará a captação prevista no mercado internacional. O governo havia estabelecido que a captação por meio de bônus da República variaria entre o mínimo de US\$ 5 bilhões e o máximo de US\$ 7 bilhões. Até um mês atrás, a estimativa era de que atingisse o

total de US\$ 6 bilhões. Agora, Fraga prevê que a captação irá a US\$ 7 bilhões. O BC deixará também de comprar dólares no mercado interno para liquidar compromissos externos.

O governo arma-se, deixando de agir a reboque do mercado financeiro, e adquire meios para responder com eficácia a investidas contra o real. Ontem mesmo, o BC abandonou a posição defensiva em que estava colocado e passou a vender dólares atendendo à demanda dos bancos. As autoridades concluíram também que já era tempo de colocar em prática medidas para desonerar as exportações e fortalecer o mercado de capitais que os empresários vinham reivindicando. Embora aceitas por

algumas áreas do governo, essas sugestões encontravam resistências em outras, transmitindo a impressão de imobilidade da máquina oficial.

A alta do câmbio tem beneficiado as vendas externas, que têm ido bem, mas o setor exportador, que é a grande fonte de divisas do País, não pode ficar na dependência exclusiva de flutuações erráticas do dólar. Finalmente, o governo decidiu tomar medidas, a serem anunciadas nos próximos dias, para contornar a cumulatividade do PIS/Cofins na cadeia produtiva, o que dará mais competitividade às exportações. Ainda como parte do pacote, o governo apresentará proposta de emenda constitucional para unificação das legislações estaduais do ICMS e vai procurar reduzir a incidência da CPMF nas transações no mercado de capitais.

Não se trata de uma reforma fiscal, como a Nação aspira. Mas modificações importantes foram introduzidas e que poderão ser aprofundadas no futuro. O que se espera é que, com a posição afirmativa que agora adotou, o governo consiga reverter o pessimismo que alimentava a especulação e fazia prever até mesmo uma crise cambial.

Previsões são arriscadas, mas prevalece no mercado a impressão de que o recuo da cotação do dólar deve ter sequência nos próximos dias até chegar a uma relativa estabilização. Como o Copom estabeleceu viés de baixa para a taxa de 18,25%, a expectativa é de que, sem a pressão do câmbio, os juros possam ser rapidamente reduzidos, em benefício do crescimento. ■